

## Entre o Divino e o Humano:

### Tensão na “Filosofia da História” de G. B.Vico

Antônio J. Pereira Filho (Bolsista PET/CAPEs - DF/USP/SP)

Orientadora: Maria das Graças do Nascimento

*“Este mundo de nações foi certamente feito pelos homens, pelo que o seu motivo deve encontrar-se no interior das modificações de nossa própria mente humana. E a história não pode ser mais certa do que quando o que faz as coisas também as descreve”. Giambattista Vico<sup>2</sup>*

“Pensador fecundo, sugestivo e original, mas escassamente claro e coerente.”<sup>3</sup> É assim que mesmo os maiores admiradores de Vico costumam apresentá-lo: ao mesmo tempo que se reconhece a importância e originalidade de seu pensamento, identifica-se em sua obra filosófica um amálgama de senso e contra-senso, no qual idéias claras e confusas estão entretecidas devido à falta de ordenação e sistematização característica dos pensadores paradoxais. Este tom dissonante que comumente se ouve na obra principal de Vico, a **Scienza Nuova**, é um dos aspectos que mais dificultam o acesso ao núcleo do seu pensamento. O reflexo dessa dissonância, sinal de sua fertilidade filosófica, são as mais variadas interpretações que se tem feito desse autor, cada uma apontando para uma direção. Em razão disso, talvez seja possível adotar um ponto de vista que privilegie justamente os paradoxos e as tensões que são *intrínsecas* ao horizonte reflexivo de Vico. É nessa perspectiva que este trabalho pretende se inserir<sup>4</sup>. O tema deste estudo gira em torno da ambivalência que é possível identificar na “filosofia da história” do pensador napolitano. Aliás, a simples vinculação de Vico à “filosofia da história” já é em si um problema; e segundo a clássica interpretação de Benedetto Croce, mais do que um problema, um erro<sup>5</sup>. Por esse motivo, inicialmente farei algumas observações gerais sobre este aspecto polêmico do tema a ser desenvolvido e, em seguida, entrarei na questão que interessa investigar mais de perto.

#### 1. Vico e a “filosofia da história”

*“Se é verdade que a construção de um tal sentido oculto constitui a essência de toda filosofia da história autêntica, então o italiano Giambattista Vico foi o primeiro verdadeiro filósofo da história da época moderna.” Max Horkheimer<sup>6</sup>*

A expressão “filosofia da história” está associada ao nome de Vico desde que Jules Michelet, na primeira metade do século XIX, resolveu dar o título de “*Principes de Philosophie de l’histoire*” à sua tradução da “Ciência Nova” Isto representa,



discursivo-metodológico, então a própria expressão “filosofia da história” deixa de ter sentido: ela indica uma contradição de termos que deveriam marcar a fronteira entre duas disciplinas eqüidistantes. É o que se depreende, por exemplo, do pensamento de Aristóteles, que chega a considerar a poesia, cujas características principais são a necessidade, a verossimilhança e a unidade discursiva, como “mais filosófica e de caráter mais elevado que a história”, porque “a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (Aristóteles, *Poética* 1451b<sup>7</sup>).

Embora Vico não utilize em sua obra a expressão “filosofia da história” que só surgiu com um sentido específico posteriormente, refere-se ele a uma “filosofia da autoridade”, entendendo por esta expressão “o vínculo das razões da filosofia” com “a autoridade das decisões humanas” (S.N, §7, §138). A palavra “autoridade” tem aqui o sentido primitivo de “propriedade”, tal como aparece no direito civil romano, e deriva, segundo Vico, de *autós, proprius; auctor, auctoritas* (S.N, §386); refere-se portanto a tudo aquilo que é produto e propriedade do arbítrio humano ao longo da história, como as línguas, os costumes, os tratados de guerra e paz, aliança e comércio entre os povos (S.N, §7). Toda essa diversidade de fatos e feitos humanos constitui o tema da filologia ou “doutrina filológica”. Com tal doutrina, diz Vico, “por efeito da lamentável obscuridade de seus motivos e da quase infinita variedade de seus efeitos, a filosofia como que sentia um horror em racionalmente entreter-se” (S.N, §7). A seriedade da filosofia, sua racionalidade, coerência e unidade, só poderia se espantar com a diversidade dos fatos históricos, entretenimento de filólogos. Ocupando tradicionalmente dois planos distintos, um abismo separaria filosofia e história: de um lado as idéias, de outro a dispersão dos feitos humanos coletados pela “doutrina filológica”. Por isso, nas palavras de Vico, a filosofia “só a reduz em forma de ciência se descobrir nela o projeto de uma história ideal e eterna sobre a qual fluem no tempo as histórias de todas as nações” (S.N, §7). Nesta formulação lapidar há uma mistura dos dois planos: o ideal-eterno é invadido pela história, e o histórico-concreto pelo ideal que se perpetua no tempo; na mesma medida, a multiplicidade é posta ao lado da unidade: todas as nações, ou cada uma delas, deveriam seguir o mesmo fluxo. Não por acaso, o título completo da principal obra de Vico é: “Princípios de uma Ciência Nova acerca da *natureza comum* das nações”. *Natura* equivale, para Vico, a *nascimento* e indica a irrupção, a origem e as características de algo (S.N, §147). Mas Vico não diz que a *natura* das nações é fixa, nem que uma nação é idêntica a outra; todas porém nascem, se transformam, se dissolvem e ressurgem. Há um processo contínuo na história de todas as nações, um fluxo e uma ordem determinada.

Como se vê, não estamos diante de uma mera disputa em torno da expressão “filosofia da história”. Não se trata simplesmente de uma justaposição de dois termos, mas da necessidade de se reconhecer que a história segue um curso regular e que a racionalidade, tão cara ao discurso filosófico, já está encarnada no próprio processo histórico. Para Vico, era evidente que a filosofia jamais se ocuparia da história se insistisse em contemplá-la em sua aparência; vistos em sua superfície os assuntos humanos não revelam qualquer traço de racionalidade e coerência. Além disso, embora a filosofia se ocupe das essências e encare o homem não como ele é mas como *deve ser*, ela é incapaz de fazer encarnar a norma



## 2- Ambivalência no mundo histórico: o divino e o humano

“Por estultícia atiramo-nos contra o próprio céu.”  
Horácio, *Odes*, I, 3, 38<sup>o</sup>

A expressão “filosofia da história” como se viu acima, é “assustadora”; pensada na perspectiva cartesiana esta expressão seria igualmente uma aberração terminológica. Para Descartes, o único fundamento no qual o conhecimento pode repousar é a certeza do *cogito* com suas idéias inatas, claras e distintas, a partir do qual é possível o conhecimento da natureza. Aqui o modelo de conhecimento científico é o matemático, que se ocupa de entes fixos e oferece provas rigorosas, teoremas e definições estritas. Evidentemente, tanto para Descartes quanto para o próprio Vico, tal esquema de conhecimento não poderia ser aplicado aos estudos dos fatos humanos que acontecem no tempo; além disso, a história é o domínio dos fatos, o fato só é conhecido pelos sentidos e destes podemos sempre duvidar. Por isso a doutrina epistemológica de Vico que estará na base da “Ciência Nova” é marcada por uma nítida polêmica em relação a Descartes. Ao contrário de Descartes, em Vico o critério de verdade não reside nem na evidência imediata, nem na clareza e distinção das idéias, mas no princípio de convertibilidade do *verum* com o *factum*. Segundo Vico, o critério de verdade de uma coisa é tê-la feito: “o verdadeiro é a mesma coisa que o feito; Deus é o primeiro verdadeiro, enquanto é o primeiro fazedor e criador” (*Dell’Antichissima Sapienza*...p.248. Ed. Nicolini.). Para Vico, a clara e definida idéia da mente, isto é, o critério cartesiano, “não só não é um critério para outras verdades, mas sequer pode ser seu próprio critério, porque enquanto a mente conhece a si mesma, ela não cria a si própria, por esse motivo, ignora a gênese deste seu conhecimento” (Idem, p.254). Vico dirá inclusive que pretender demonstrar *a priori* a existência de Deus é uma curiosidade ímpia. Tal esforço inútil, pergunta-se Vico, “não equivaleria a elevar-se a Deus de Deus, ou seja, a ser seu fazedor ou criador?” Não é isto negar o próprio Deus que se busca demonstrar? (*Dell’Antiquissima*, p.268; citado por Berlin, 1982, p.34).

Além da pertinência e profundidade destas questões, o princípio do *verum-factum* permitirá a Vico concluir que é vã as pretensões dos filósofos alcançarem um conhecimento completo do mundo natural. O *conhecimento pleno* do mundo natural, por princípio, é inacessível ao homem, e somente está reservado a Deus, criador do universo, que conhece verdadeiramente o mundo porque ele próprio o fez. O conhecimento que está realmente ao alcance da mente humana é o que se refere não à realidade natural, mas à realidade histórica. De acordo com Vico, os próprios homens fizeram ou construíram o mundo histórico-civil; o desdobrar-se da realidade humana ao longo do tempo pode portanto ser matéria do conhecimento.

Ao apoiar-se nesse critério de verdade para a articulação da *Scienza Nuova*, Vico, ironicamente, imita a dúvida metódica de Descartes, e acredita poder superá-lo. Escreve Vico na primeira versão da “Ciência Nova” de 1725 : “ao meditar os princípios desta ciência é preciso nos reduzirmos a um estado de suma ignorância de toda erudição divina e humana, como se para o trabalho de busca não tivessem existido para nós filólogos e filósofos (*Scienza Nuova prima*, §40, cap.XI). Mais

adiante nosso autor acrescenta: “todas as dúvidas, somadas e juntas, não podem de modo nenhum colocar em dúvida está única verdade, que deve ser a primeira de uma Ciência de tal estilo; pois em tal ampla, espessa e tenebrosa noite, somente se vislumbra uma luz: **este mundo de nações foi certamente feito pelos homens**; por isso, diante de tal oceano de dúvidas, surge somente esta terra pequenina, em que se pode firmemente ficar em pé: **que seus princípios deverão ser encontrados na natureza de nossa mente humana e na força de nosso entendimento**” (*Idem, ibidem*, cap.XI).

O que está por trás desta “doutrina viquiana” é um dualismo epistemológico que estabelece limites precisos para o conhecimento humano. Vico traça uma linha divisória entre o mundo natural e o mundo histórico-civil, demarcando aquilo que pertence exclusivamente a Deus e aquilo que pertence ao homem. No entanto, como deve haver na história um princípio ordenador, a noção de “Providência divina” assume aqui uma função importantíssima. Ora, toda a dificuldade consiste em explicar, ao mesmo tempo, a referência de Vico à noção de “Providência” e o caráter criativo que ele atribui ao homem: pois se a história não é arbitrária, mas regular, e possui um sentido que é dado por um princípio providencial, divino, então como afirmar, com base no critério de *verum-factum*, que os homens podem conhecer a história? Não seria a história, assim como a Natureza, somente cognoscível para Deus? Além disso, como conciliar uma necessidade absoluta, divina, com a liberdade e auto-transformação dos homens na história?

Muitos comentadores se detém diante destas dificuldades “teológicas” ou negligenciam a importância da noção de “Providência” em Vico: uns chegam a afirmar que a referência de Vico à “Providência” era apenas um artifício para escapar da inquisição napolitana<sup>10</sup>, outros, enfatizando o humanismo de Vico, identificam em sua noção de “Providência” uma metáfora da ironia implícita no processo histórico, no qual os propósitos e as intenções particulares dos homens alcançam objetivos de caráter universal. Por outro lado, existem os que reforçam o teísmo de Vico e sua devoção ao cristianismo; o que equivaleria a ler a “Ciência Nova” mais como uma obra apologética, o que não é o caso, do que como uma sistematização, em termos exclusivamente modernos, do mundo humano com tudo o que ele compreende.<sup>11</sup>

Será que o texto da “Ciência Nova” autoriza as leituras que absorvem a tensão entre o divino e o humano e que colocam a obra em categorizações estanques? Uma resposta a esta questão requer, antes de mais nada, que nos perguntemos sobre o que Vico entende por “Providência” e qual o lugar que esta concepção ocupa em sua teoria e, de outro lado, em que sentido ele afirma que os homens “fazem” sua própria história.

A noção de “Providência” ocupa um lugar de destaque, tanto na primeira quanto na última versão da “Ciência Nova”. Na primeira versão, a “Providência” é concebida como a “Arquiteta deste mundo de nações” – *l’architetta di questo mondo delle nazioni* (*Scienza Nuova prima*, §45) –, ao passo que o livre-arbítrio humano surge como o “operário” – *il fabbro che obbdisce a tal divina architetta* – na construção do processo histórico (*Idem, ibidem*). Esta declaração desconcerta visivelmente aqueles que tomam ao pé da letra a teoria do conhecimento que está na base da “Ciência Nova”. Pois a tese de conversão do verdadeiro com o feito, quando aplicada ao mundo histórico-civil, leva a crer que o homem seria uma espécie de “Deus

da história” Segundo esse ponto de vista, o homem criaria o mundo histórico de forma absolutamente livre, agindo de modo completamente intencional, podendo conhecer completamente o mundo que ele mesmo construiu. Esta é, por exemplo, a leitura que Collingwood, “discípulo” de Croce, faz de Vico: “o plano da história é um plano completamente humano, mas não preexiste sob a forma de uma intenção irrealizada e que se destina a ser gradualmente realizada. O homem não é um simples demiurgo, modelando a sociedade humana como o deus de Platão formava o mundo, de acordo com um modelo ideal; como o próprio Deus, o homem é um verdadeiro criador, dando vida quer à forma quer à matéria, dentro do processo coletivo do seu desenvolvimento histórico. A criação da sociedade humana pelo homem, a partir do nada, e todos os pormenores desta criação são assim um *factum* humano, eminentemente cognoscível, como tal, pelo espírito humano”<sup>12</sup>.

Esta afirmação leva ao extremo o princípio do *verum-factum* e sequer deixa espaço para uma leitura problematizadora da noção de “Providência” tal como é concebida pelo pensador napolitano. Ao se transformar o homem no Absoluto, corre-se o risco de se esquecer a função que, segundo Vico, desempenha na história humana certos motivos não intencionais ou “inconscientes”; vale dizer: as paixões e os impulsos egoístas que, vistos de um outro ângulo, conferem unidade, harmonia e regularidade às diversas fases de desenvolvimento histórico pelas quais a humanidade passou, passa e passará. Diz o autor da “Ciência Nova”: “o homem, em seu estado selvagem, ama apenas a sua própria conservação (*salvezza*); quando contrai casamento e gera filhos, ama sua própria conservação juntamente com a de sua família; chegando à vida civil, ama sua conservação e a de sua cidade; quando o seu domínio se estende a vários povos, ama sua conservação com a conservação das nações; quando as nações se unem por guerras, tratados de Paz, alianças e comércio, ama sua conservação juntamente com todo o gênero humano. Em todas estas circunstâncias, o homem ama sobretudo sua própria utilidade. Assim, por nada mais a não ser a Divina Providência deve ser mantido dentro de tais ordens...” (S.N, §341). Segundo Vico, os homens por estarem absorvidos pelo amor próprio não conseguem dominar completamente suas paixões para orientá-las no sentido da justiça; é portanto um erro dos filósofos supor que selvagens, ferozes, “com a alma sepultada nos corpos” fossem capazes de um ato coletivo da vontade a partir do qual fundariam a vida civil. Vico explica o processo crescente de humanização do homem em confronto com as idéias dos jusnaturalistas e contratualistas: é a “Providência” que, funcionando como um grande princípio vital, faz surgir gradualmente do interior das paixões e dos vícios dos homens, todos apoiados em seus próprios interesses, a ordem civil e a vida em sociedade (Cf. S.N, §133).

A noção de “Providência”, em Vico, desempenha assim um papel análogo ao da “Natureza” de Kant ou da “Astúcia da Razão” de Hegel<sup>13</sup>. A mesma distância que aproxima Vico destes autores, o afasta da conceito de Providência entendido no modo tradicional de Agostinho e Bossuet. Estes últimos conceberam a Providência num sentido totalmente sobrenatural; e se na Providência reside o sentido último da história, tal sentido só é acessível ao homem com o auxílio da revelação.<sup>14</sup>

Em Vico, ao contrário, a “Providência” já não *opera* de modo transcendente, visando a economia da salvação do homem através da difusão da verdadeira reli-

gião, da ampliação do corpo místico de cristo, etc. A “Providência” não precisa mostrar o seu poder servindo-se de milagres e outros fenômenos maravilhosos e sobrenaturais. A rigor, como já foi dito, quem *opera* na história é o livre-arbítrio humano. Portanto, ao contrário do que se poderia supor, estamos bem distantes de um absoluto poder de Deus e da absoluta impotência humana. A formação do mundo histórico civil, não é obra direta da “Providência” mas conquista do trabalho humano, fruto do esforço do próprio homem para se libertar da natureza e assumir sua dimensão histórica. Poder-se-ia pensar aqui numa relação “dialética” entre a espontaneidade da ação humana e a intenção divina que se oculta na história; mas não se deve concluir daí que Vico transforma o homem, idealisticamente, no “Deus da história”; e isto pelo simples motivo de que não foram os homens que criaram o mecanismo misterioso que transforma os vícios e o amor próprio em forças atuantes em benefício da civilização e da moralidade. O “mistério” da uniformidade que envolve a vida do homem na sua dimensão efetiva, ou seja, histórica, permite a Vico concluir que não é no plano natural que os filósofos deveriam buscar a “Providência”: “é na economia das coisas civis que a deviam ter estudado, mantendo, em toda a acepção da palavra, a atribuição à Providência do termo ‘divindade’. de *divinari*, ‘adivinhar’ ou seja, entender o que está oculto dos homens, o futuro, ou o que está oculto neles, a consciência” (S. N, §342).

Sem dúvida, para Vico, pode-se dizer que em certo sentido o devir da história é obra humana. As transformações históricas, e os princípios, instituições, linguagens e costumes correspondentes a tais mudanças, enquanto criação coletiva do homem, encontram-se no interior da mente humana. Mesmo assim não se pode abrir mão de um princípio ordenador. Afinal, as mentes limitadas dos homens não inventaram “as leis” ou ordens que elas obedecem, porque, nesse caso, “elas deveriam ter existido antes que essas leis, afim de poder inventá-las; e quais são as leis que suas mentes poderiam ter obedecido enquanto as inventavam?”<sup>15</sup>

É verdade que Vico postula e crê na existência de um princípio divino, responsável por um plano oculto, mas é igualmente verdade que a realização desse plano pertence exclusivamente ao homem, e é isso que lhe permite penetrar na história e tomá-la como matéria do conhecimento. Sendo assim, pode-se também afirmar que a noção de “Providência” entendida no sentido viquiano, exprime a idéia de um plano oculto que se auto-manifesta na história somente em virtude da ação humana; tal plano, porém, permanece sempre velado aos olhos dos indivíduos empenhados em perseguir seus fins particulares. Vico deixa transparecer tudo isso na seguinte passagem da “Ciência Nova”; a citação é longa, mas merece ser lida na íntegra: “Foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações (e nós consideramos isto como o primeiro princípio incontestável de nossa Ciência, já que desesperamos de encontrá-lo nos filósofos e filólogos); mas este mundo tem surgido, sem dúvida alguma, de uma mente freqüentemente diversa, por vezes totalmente contrária, e sempre superior a estes fins particulares, que os próprios homens se tinham prefixado. Esses fins restritos, tornados meios para servirem a fins mais amplos, foram utilizados sempre para conservar a geração humana nesta terra. De modo que os homens pretendem satisfazer sua luxúria bestial e abandonar seus filhos, e estabelecem a castidade do matrimônio, de onde surgem as famílias. Os pais pretendem exercer imoderadamente os paternos impérios sobre

os clientes, e os subordinam aos impérios civis, dos quais procedem as cidades. As ordens reinantes dos nobres almejam abusar da liberdade de senhores sobre os plebeus, e resultam submissos às leis, que possibilitam a liberdade popular. Os povos livres pretendem desembaraçar-se do jugo de suas leis, e acabam submetidos aos monarcas. Os monarcas pretendem assegurar suas posições aviltando seus súditos com todos os vícios da devassidão, e os dispõe a suportar a escravidão de nações mais fortes. As nações terminam dissolvendo-se a si mesmas, e vão salvar as sobras delas próprias nas solidões, das quais, como a ave Fênix, novamente ressurgem. O que fez tudo isso foi na verdade a mente, dado que os homens o fizeram com inteligência. Não se trata de destino, porque fizeram com escolha. Nem foi acaso, porque com perpetuidade, assim sempre agindo, chegam às mesmas coisas” (S.N, §1108).

\* \* \*

Ainda em andamento, este estudo não pretende fornecer respostas definitivas a questões inquietantes que surgem a partir de certas afirmações de Vico. Pode-se “facilmente” concluir que Vico laicizou por completo a história, arrancando das mãos de Deus o segredo dos desígnios humanos; que em sua concepção a “Providência” age de forma tão natural que parece nem existir, a não ser como um ponto de referência para a teoria; que o homem é o autor do mundo humano, podendo conhecê-lo por si mesmo, isto é, sem o auxílio divino, e a “Providência” que governa o mundo nada mais significa; com isso, resolve-se a tensão entre o divino e o humano que parece marcar a *filosofia da história* de Vico. Mas, de um outro ponto de vista, pode-se concluir também que, em Vico, a “Providência”, mesmo que seja concebida de forma natural, foi quem estabeleceu as regras do jogo da vida humana, sendo, portanto, muita pretensão os homens reivindicarem para si o direito de compreender completamente seus desígnios, como se os homens tivessem nas mãos as rédeas da história, podendo intervir nela de forma absolutamente correta; com isso, talvez, também resolve-se a tensão entre o divino e o humano. Finalmente, pode-se chegar à conclusão, após rastrear algumas observações de Vico, que na verdade seu pensamento sugere menos uma tensão entre o divino e o humano do que uma separação entre o filósofo e o crente: sua teoria estranhamente parece se adequar tanto à visão de um “ateu” quanto à de um religioso.

A *Scienza Nuova*, aparentemente, indica todas essas direções e muitos são os que se apressam em seguir *uma* dessas rotas. Contudo, seja como for que se resolva o problema, corre-se o risco de se deixar escapar um dos traços mais significativos do pensamento de Vico: o paradoxo. Desse ponto de vista, o que se vê em Vico não é a incoerência mas o resultado do esforço de um pensamento na sua luta para conciliar extremos e fundar o novo; novidade que é anunciada já no título de sua obra principal. Nesse sentido, talvez as palavras de Diderot, filósofo que tinha suas predileções por autores paradoxais, sirvam para ilustrar o propósito deste trabalho: “há sempre alguma coisa a aprender nas obras dos homens paradoxais(...); prefiro muito mais seu despropósito, que me faz pensar, do que as verdades comuns que não me interessam em nada. Se eles não me fazem mudar

de opinião, quase sempre moderam a ousadia de minhas asserções.”<sup>16</sup>

## NOTAS

2. Vico, G.B. *Scienza Nuova (S.N)*, §349. Neste trabalho utilizei as seguintes edições da obras de Vico: 1- *Opere*. A cura di Fausto Nicolini Ed. Riccardo Ricciardi, Napoli, Itália. 2- *Opere*. Ed. Andrea Battistini. Mondadori, 1990. 3- Vico, G.B, *Princípios de (uma) ciência nova (acerca da natureza comum das nações)*.- textos selecionados. 1ª Edição, São paulo, 1974, Coleção os Pensadores. Tradução de Antonio Lázaro de Almeida Prado. Além destas, servi-me da seleção dos excertos da *Scienza Nuova* contidos no livro *Teorias da História* de Patrick Gardiner (FCG, Lisboa).
3. Berlin, I. *Vico e Herder*.p. 82. Coleção Pensamento Político, ed. UnB, 1982.
4. Hilliard Aronovitch em seu texto *Se uma ciência dos seres humanos é necessária, pode também ser possível? Um paradoxo em Vico e Marx* - faz uma leitura que enfatiza o lado “paradoxal” da proposta *científica* daqueles dois autores. No entanto, não obstante toda a pertinência da questão que o autor coloca, ao menos no que concerne a Vico, o uso que Aronovitch faz do termo “paradoxo”, que para ele parece coincidir com ilegitimidade e incoerência, o impede de realizar uma interpretação mais construtiva que negativa ou pessimista. Nesse sentido, o propósito e o foco diferenciado deste estudo, embora tenha como pano de fundo os paradoxos intrínsecos a Vico, se dissocia dos resultados obtidos naquele ensaio (Cf. Aronovitch, H. Op.Cit. in: *Vico y Marx. Afinidades y Contrastes*.-pp.157-169- Org. Tagliacozzo, G.FCE).
5. Croce, B. *La Filosofia di Giambattista Vico*. Bari, Laterza, 1962. Para a discussão em torno da “filosofia da história” fiz também uso de outro livro de Croce: *La História como Hazaña de la Libertad*, 1960, FCE.
6. Horkheimer, M. “Vico y la mitologia” p. 100; in: *História, metafísica y escepticismo*, Alianza, 1982.
7. Poética de Aristóteles. Ed Trilingue por Valetín G. Yebra, 1974, Gredos, Madrid.
8. A República. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. F.C.G, 7ª Edição (fiz pequenas alterações na tradução).
9. Citado por Vico no § 502 da *scienza nuova*; o original diz: *Coelum ipsum petimus stultitia*; servi-me da tradução de António Lázaro de Almeida Prado para o volume os Pensadores (1974) dedicado a Vico; aliás, sempre que foi possível utilizei esta tradução ao longo deste trabalho.
10. Um típico representante desta posição é Edmund Wilson, que em seu livro *Rumo à estação Finlândia* escreve: “ao afirmar que o mundo social era obra do homem, Vico não fora mais adiante e não chegara a declarar que as instituições sociais dos homens poderiam ser explicadas exclusivamente em termos humanos(...). Na cidade católica de Nápoles, à sombra da Inquisição, Vico foi obrigado a manter Deus em seu sistema” (op. cit. p. 437. Cia. das Letras).
11. Isaiah Berlin faz um balanço do contraste entre o teísmo e o humanismo de Vico e assume sua posição nesse debate: “Vico era claramente inortodoxo; talvez fosse herético, porém sempre foi inabalavelmente religioso” (op.cit. p.80). Para além desta observação, Paolo Rossi, em seu *Sinais do tempo*, discutindo entre outras coisas a separação

entre a história sagrada e a história profana proposta por Vico, coloca-o em seu “exato” contexto, isto é, “uma época em que muitos autores podiam ser duramente atacados como destruidores potenciais da fé e ardorosamente elogiados como seus circunspetos defensores”(op.cit. p.11); e aponta para o caráter ambivalente do período em que Vico escreve: “Combater os libertinos e fornecer armas aos libertinos e aos deístas: paradoxalmente, estes dois empreendimentos tão diversos na aparência andaram muitas vezes configurando-se num só. (op.cit. p.11. Cia. das Letras).

12. Collingwood, R.G. *A idéia de História*. p. 98 (Martins Fontes/SP).

13. O objetivo imediato deste estudo não é estabelecer nenhuma comparação simplificadora no que diz respeito a “filosofia da história” entre autores tão dispares entre si como Kant, Hegel ou Herder em relação à Vico. Estas associações podem ser encontradas, por exemplo, em *O sentido da história* de Karl Loewith (Edições 70, Lisboa).

14. Como escreve Agostinho no *De vera religione* (cap, 26/48/ in: BAC, IV, 1975): os acontecimentos históricos – passados ou futuros – são mais para serem cridos do que entendidos”; isto é, não devem ser encarados como objeto de uma razão autônoma, como objeto de *Scientia*, mas devem ser vistos à luz da palavra revelada e tematizados pela “Sabedoria” Uma análise da concepção de Providência de Agostinho e Bossuet em contraste com a viquiana é efetuada, por exemplo, por Karl Loewith in: *O sentido da História*, p. 125 e ss.

15. Berlin, I. op.cit p. 78.

16. Diderot, D. *Refutation d’Helvétius; oeuvres complètes*, II, 363. Apud: Davison, R. *Diderot, Galiani et Vico: un itinéraire philosophique*. In: DIDEROT STUDIES XXIII.